



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER**

TARSILA CORREIA LIMA BORGES

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ATUAÇÃO DA  
SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO  
DISTRITO FEDERAL**

Brasília  
2018

TARSILA CORREIA LIMA BORGES

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ATUAÇÃO DA  
SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO  
DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Maria Elaene Rodrigues Alves

Brasília  
2018

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/UNB**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS/IH**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL/SER**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO AO**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE**  
**BRASÍLIA - UnB**

---

Professora Ma. Maria Elaene Rodrigues Alves

Orientadora – Universidade de Brasília (UnB)

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Valdenízia Bento Peixoto

Examinadora – Universidade de Brasília (UnB)

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Denise Maria Soares Lima

Examinadora externa – Secretaria de Educação do Distrito Federal

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família querida: aos meus pais, Irlanda Aglae e Ricardo, pelo apoio incondicional; ao meu irmão, Vicente Luís, pelo companheirismo; à minha avó, Maria Vesper, por todo o carinho e dedicação; ao meu saudoso avô Mário Ernesto; e ao meu tio Ernesto, por todas as risadas compartilhadas. Obrigada pelo apoio e incentivo. Amo vocês!

Agradeço à minha orientadora, a professora Maria Elaene, pela imensa paciência e por todos os momentos de aprendizado; à professora Denise, por todas as oportunidades de crescimento, pelos preciosos ensinamentos e pelas aventuras vividas; e à professora Valdenízia, pela sua contribuição significativa para a minha formação acadêmica e pela generosidade em avaliar este estudo.

Meus profundos agradecimentos também:

À minha família maranhense amada: minha avó Neusa; meu avô Raymundo (em memória); meus tios Ana, Eduardo, Isabel e Marisa; e todos os primos e primas.

A todos da família Bandeira, em especial minhas tias-avós Mãezinha e Lucília.

Ao Mário, pela ajuda e disponibilidade.

À Joceli e à Jandelma.

Às minhas coleguinhas Lalá e Larinha.

Aos amados Vitor, Dagah e Edu.

Às minhas companheiras de vida, mulheres que me inspiram todos os dias: Amanda, Ananda, Dara e Isabela.

A todos os momentos incríveis ao lado dos meus amigos.

## **RESUMO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretende analisar os avanços e desafios enfrentados pela Subsecretaria de Políticas para as Mulheres no Governo do Distrito Federal. Para tal finalidade, buscou-se estudar as políticas sociais voltadas para as mulheres no Brasil, que impulsionaram estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres. No Distrito Federal, algumas ações resultaram em um órgão com atribuições específicas capaz de formular e implementar políticas para as mulheres. Metodologicamente, trata-se de pesquisa bibliográfica, fundamentada em literatura especializada sobre políticas sociais para as mulheres no Brasil, como publicações, livros e TCCs. e documental baseada em dados disponibilizados por órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF). Diante de uma realidade que exige a proteção da mulher, o estudo demonstra o caminho percorrido para a implementação da Subsecretaria, a descrição da sua estrutura e suas principais atribuições e atividades.

Palavras-chave: Políticas sociais; Subsecretaria; Violência contra a mulher; Gênero.

## **ABSTRACT**

This work of completion of Course intends to analyze the ups and downs endured by the Sub-Secretariat of Public Policies for Women in the Government of the Federal District. For this purpose, it was sought to study social policies for women in Brazil, which propelled strategies for confronting violence against women. In the Federal District, some actions resulted in an organ with specific assignments capable of formulating and implementing policies for women. Methodologically, this is a theoretical research, based on specialized literature on social policies for women in Brazil, and also a documentary research based on data provided by government agencies of the Federal District. Faced with a reality that demands the protection of women, the study brings about the trajectory of the sub-secretariat, its structure, main attributions and activities.

**Keywords:** Social policies; Sub-secretariat; Violence against women; Gender.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ligações para o Disque 156 .....	37
Gráfico 2 – Estupros .....	42
Gráfico 3 – Violência Doméstica .....	43

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Organograma da SAMIDH.....	35
Figura 2 – Serviços da Casa da Mulher Brasileira de Brasília .....	39



## **SIGLAS UTILIZADAS**

CEAM – Centro Especializado de Atendimento às Mulheres

CMB – Casa da Mulher Brasileira

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

DF – Distrito Federal

GDF – Governo do Distrito Federal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

MPDFT – Promotoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

NAFAVD – Núcleos de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica

ONG – Organização não governamental

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SAMIDH – Secretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

SEATRAB – Secretaria Adjunta do Trabalho

SEDEST – Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social

SEDESTMIDH – Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

SEJUS – Secretaria de Estado da Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

SEM – Secretaria de Estado da Mulher

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TGEU – Transgender Europe

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>13</b>
OBJETIVO GERAL .....	13
OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	13
<b>QUESTÃO DE PARTIDA E HIPÓTESE DE TRABALHO .....</b>	<b>14</b>
<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>15</b>
<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1 – AS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DE GÊNERO .....</b>	<b>18</b>
1.1 POLÍTICA PARA AS MULHERES NO BRASIL .....	20
1.2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....	24
1.3 A POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES .....	27
<b>CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DA SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO GDF .....</b>	<b>30</b>
2.1 A SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS .....	33
2.2 A SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS .....	34
2.3 A SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO DISTRITO FEDERAL .....	36
<b>CAPÍTULO 3 – A ATUAÇÃO DA SUBSECRETARIA FRENTE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO DISTRITO FEDERAL .....</b>	<b>41</b>
3.1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO DF .....	41
3.2 A ATUAÇÃO DA SUBSECRETARIA .....	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

O movimento feminista nacional fortaleceu-se nos anos 1970 e consolidou-se ao longo das últimas décadas, ocupando cada vez mais espaço político no Brasil. Essa mobilização das mulheres pautou as agressões sofridas pelo gênero feminino como um problema social e identificou como necessária a ampliação da criminalização da violência de gênero. Uma das principais conquistas dessa luta histórica foi a aprovação da Lei nº 11.340, chamada Lei Maria da Penha, que propõe a proteção estatal de mulheres em situação de violência, principalmente no espaço doméstico (MACIEL, 2011).

Com a publicação da Lei Maria da Penha no Brasil, foram instituídos no país mecanismos legais para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Naquela ocasião, o Estado reconhecia formalmente a vulnerabilidade da mulher, vítima da dominação masculina e das relações desiguais de gênero, herdadas por uma cultura patriarcal e mantidas socialmente. Aliados à implementação da referida legislação, outros instrumentos foram designados para efetivá-la. Desde então, no âmbito estatal, em todos os níveis, têm-se estruturado planos, programas e ações para coibir essa realidade histórica de violências que atingem as mulheres (MACIEL, 2011).

Apesar da criação de dispositivos legais e, principalmente, da luta dos movimentos feministas, a violência contra a mulher ainda é um fenômeno estruturante na sociedade brasileira. Várias campanhas articuladas em todo o país contra o assédio sexual demonstram o quanto ainda é necessário afirmar que quem comanda e dá voz ao desejo feminino é a própria mulher (SANTINI, 2016).

Com isso, percebe-se a necessidade de criar órgãos de governos que deem amparo e voz a todas as mulheres, capazes de fomentar políticas públicas sociais de acolhimento, proteção e autonomia, dentre outras medidas. Nesse sentido, no Brasil, algumas secretarias de Estado foram criadas e reformuladas a fim de estabelecer essas ações e cumprir estratégias governamentais voltadas para a mulher (SOARES, 2004).

No Distrito Federal (DF), a demanda de mulheres vítimas de violência é elevada e reflete-se no número de atendimentos nos locais especializados. Somente no período de janeiro a março de 2018 foram registradas 84 agressões à mulher pela Polícia Civil do DF. A maior parte das denúncias tratavam-se de violência doméstica, e foram amparadas pela Lei Maria da

Penha. O número de registros de tentativas de feminicídio também é alarmante: apenas em 2017, 19 mulheres foram assassinadas em razão do seu gênero. Destas, 78% foram mortas dentro de suas próprias casas (GLOBO, 2018).

Nesse contexto, o Governo do Distrito Federal (GDF) instaurou espaços e mecanismos institucionais direcionados à defesa da mulher, e o órgão responsável por coordenar essas instâncias no Distrito Federal é a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. Suas principais funções incluem o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas direcionadas às mulheres, além da proteção e promoção dos seus direitos assegurados em lei (DISTRITO FEDERAL, 2018a, 2018h).

No entanto, esse espaço institucional destinado ao amparo e à defesa das mulheres no DF passou por diversas transformações em nível estrutural e organizacional até chegar na formação que será apresentada. Analisar o percurso histórico dessa Subsecretaria proporciona uma reflexão sobre o movimento de ganho e perda de poder político das mulheres do Distrito Federal nos últimos governos, e a consequência direta desse processo em suas vidas.

Observando a situação vulnerável da mulher no contexto brasileiro e a referida situação instável do órgão responsável pelas pautas da população feminina no DF, a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres torna-se um objeto de estudo estratégico para entender a relevância atribuída à proteção da mulher neste território ao longo do tempo.

A fim de compreender o tema definido, o presente trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro trata das políticas sociais para as mulheres, particularizando a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançada em 2011. Em seguida, no capítulo 2, estuda-se a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, a sua estrutura e o caminho percorrido para alcançar o seu formato institucional. Por fim, discute-se a atuação daquela Subsecretaria, seus avanços e desafios diante da conjuntura distrital e das demandas no Distrito Federal.

## **OBJETIVOS**

Buscando registrar e analisar a estrutura e a atuação da Subsecretaria de Estado em questão, os objetivos deste trabalho foram estruturados da seguinte forma:

### **OBJETIVO GERAL**

- Analisar os avanços e desafios da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres no Distrito Federal.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar o caminho percorrido para a implementação da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres;
- Descrever a estrutura da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres;
- Compreender as ações formuladas pela Subsecretaria de Políticas para as Mulheres no Distrito Federal.

O cumprimento desses objetivos visa responder à questão de partida e confirmar a hipótese de trabalho, que serão apresentadas a seguir.

## **QUESTÃO DE PARTIDA E HIPÓTESE DE TRABALHO**

Para compreender os impactos da Subsecretaria em foco no Distrito Federal é necessário identificar primeiramente o seu funcionamento. Dessa forma, a pesquisa tem como questão de partida a seguinte indagação: como é o espaço institucional ocupado pela Subsecretaria de Políticas para as Mulheres e de que forma ela atua no Distrito Federal?

A hipótese de trabalho trata da perda de espaço político para a pauta das mulheres no processo recente de reorganização das Secretarias de Estado no Governo do Distrito Federal.

## JUSTIFICATIVA

O meu interesse por essa temática surgiu a partir de um estágio curricular realizado na Casa da Mulher Brasileira, um espaço destinado às mulheres vítimas de violência que integra diversos serviços especializados a fim de disponibilizar um atendimento completo às usuárias. Trata-se de uma iniciativa materializada a partir do programa “Mulher, Viver sem Violência”, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (BRASIL, 2015).

Nessa experiência acadêmica, convivi com uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais e psicólogas(os), que prestam atendimento continuado às mulheres vítimas de violência. Assim, acompanhei a ação da assistente social nesse campo, que consiste primeiramente em realizar o acolhimento à usuária com escuta sensível e assimilar a situação de violência em sua totalidade. Em seguida, a profissional orienta a usuária sobre os seus direitos, explicando sobre as suas possibilidades, sanando as suas dúvidas e assegurando a sua liberdade de escolha. Só então, ela encaminha a vítima para outros serviços e acompanha o seu caso até a resolução deste.

Inserida nesse contexto, deparei-me com a realidade das vítimas de violência, principalmente de violência doméstica. Esse contato ajudou-me a visualizar que esses casos não são acontecimentos isolados, e sim, uma consequência direta de uma cultura machista, que afeta todas as mulheres cotidianamente.

Ademais, a proximidade com o movimento feminista durante a graduação fez-me compreender melhor a situação vulnerável da mulher na sociedade contemporânea e o que pode ser feito para transformar essa realidade. A trajetória desse movimento demonstra que pressionar o Estado e lutar pela ocupação de cargos políticos por mulheres feministas é essencial para conquistar mudanças e garantir direitos para a população feminina. A criação de políticas sociais para as mulheres no Brasil é um exemplo de resposta estatal à pressão do movimento feminista, bem como a formação de espaços institucionais voltados para a implementação de tais políticas por todo o país.

Dessa forma, surgiu a vontade de investigar o que já foi feito pela mulher no âmbito do Distrito Federal, o que levou-me a pesquisar sobre o espaço político destinado à defesa das mulheres no DF e sobre como as políticas nacionais relacionadas ao tema repercutem neste

território. Dessa forma, a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres foi escolhida como objeto de pesquisa.

A Subsecretaria de Políticas para as Mulheres é o órgão do GDF responsável por atender à demanda das mulheres e por administrar a maior parte da rede de apoio à mulher no Distrito Federal, e por isso é importante garantir a sua permanência e combater retrocessos que limitem o alcance da sua atuação. Com esse intuito, a pesquisa realiza um resgate da trajetória da Subsecretaria, a fim de conservar a sua história e refletir se esse órgão está sendo preterido pelo governo local.



## **METODOLOGIA**

A metodologia explica a maneira como a pesquisa científica será elaborada, a partir de procedimentos necessários para se examinar o problema de pesquisa. Trata-se, portanto, da forma pela qual serão pesquisados, filtrados e analisados os dados obtidos no decorrer da pesquisa (RUDIO, 1983).

A análise em pauta situa-se na área de políticas sociais para as mulheres, tendo como objetivo geral descrever o espaço institucional da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres e as ações e projetos implementados pelo Governo do Distrito Federal por meio desse órgão.

No contexto desta investigação, a presente pesquisa busca informações a partir de um enfoque qualitativo, pois utiliza coleta de dados sem medição numérica para responder às questões de pesquisa e não comprova necessariamente hipóteses em seu processo interpretativo (COLLADO, LUCIO e SAMPIERI, 2006).

A pesquisa qualitativa apresenta características específicas: a fonte direta dos dados é o ambiente natural e o investigador é o seu principal instrumento; os dados que o investigador recolhe são predominantemente descritivos e os investigadores que utilizam medidas qualitativas privilegiam o processo em si, não tanto os resultados (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

Particularmente, esta pesquisa qualitativa é um estudo descritivo, em que se procura especificar as características componentes do fenômeno pesquisado e seus diversos aspectos, dimensões e dados correlacionados (COLLADO, LUCIO e SAMPIERI, 2006). No contexto desta área de investigação, o estudo pretende descrever as políticas públicas implementadas para o enfrentamento à violência contra a mulher no DF; identificar o caminho percorrido para a implementação da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres no Distrito Federal; situar a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres no espaço institucional do GDF e registrar as ações formuladas pela Subsecretaria de Políticas para as Mulheres no Distrito Federal.

As técnicas utilizadas foram pesquisa documental e a revisão da literatura. A pesquisa documental foi realizada a partir do tratamento de dados (físicos e virtuais) disponibilizados por órgãos do GDF. Enquanto que a revisão de literatura foi elaborada a partir de marcos teóricos situados no campo da produção feminista brasileira, pois, conforme Boni e Quaresma (2005), a investigação científica, baseada no levantamento de dados, deve principiar-se por uma revisão de literatura.

## **CAPÍTULO 1 – AS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DE GÊNERO**

Para iniciar o debate sobre as políticas para as mulheres é necessário compreender e contextualizar as políticas sociais. Em princípio, as políticas sociais, assim como as políticas públicas, podem ser definidas como diretrizes que subsidiam a ação estatal e que estabelecem procedimentos e regras entre o poder público e a sociedade (BRASIL, 2012).

A particularidade das políticas sociais é que se referem às ações de redistribuição dos benefícios sociais, voltadas para a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. No entanto, por se constituírem como uma maneira de mediação e diálogo entre o Estado e a sociedade civil em um sistema capitalista, essas políticas são permeadas por disputas de interesses antagônicos (HÖFLING, 2001).

Segundo Machado e Kyosen (2000), no modo capitalista de produção da vida social a classe dominante detém o poder político e econômico, o que determina as relações sociais. A formulação de políticas, nesse contexto, depende em seu processo de elaboração e implementação do que é conveniente para os detentores do poder e das grandes fortunas. Por outro lado, a classe trabalhadora pressiona o Estado pela garantia e ampliação das políticas sociais, entendendo-as como mecanismos capazes de responder às demandas de segmentos marginalizados e vulneráveis da sociedade.

Então, compreende-se que o sistema econômico no qual está inserida a política social influencia as suas intenções políticas. Afinal, em uma sociedade capitalista democrática algumas decisões políticas podem ser tomadas de forma coletiva, mas são fundamentalmente medidas que não implicam mudanças reais na estrutura desse sistema, o qual se sustenta na exploração da força de trabalho da classe trabalhadora (MACHADO e KYOSEN, 2000).

Para Pereira (2009), a política social é um processo complexo, multideterminado e, por vezes, contraditório. Essa política é um produto da relação dialética entre o capital e o trabalho, e por isso vai além de simples decisões tomadas pelo Estado e aplicadas na sociedade. Assim, está inserida em um contexto politicamente adverso para a sua efetivação, o que compromete a sua função de concretizar direitos sociais.

Na perspectiva dessa autora, a política social é regida por princípios de justiça social amparados por leis objetivas e impessoais que garantem direitos. Contudo, não pode ser considerada absolutamente positiva para a classe trabalhadora, já que depende da correlação de

forças prevalecente no momento e pode beneficiar interesses contrários simultaneamente. Ao mesmo tempo, não é completamente negativa, pois essa contradição também pode ser estratégica e permitir que a classe desfavorecida utilize a política social em seu favor (PEREIRA, 2009).

Behring e Boschetti (2009) aprofundam esse pensamento ao afirmarem que as políticas sociais são marcadas por contradições inerentes aos processos sociais do sistema capitalista, e que, por possuírem múltiplas causas e manifestações, elas assumem diversos papéis. Baseando-se nesse enfoque dialético, as autoras demonstram que as políticas sociais foram formadas a partir de diferentes dimensões. Por um ponto de vista histórico, as políticas sociais surgiram como resposta às expressões da questão social, desigualdade intrínseca ao modo de produção capitalista. Economicamente, as políticas sociais relacionam-se às condições de produção e reprodução da classe trabalhadora. Já no âmbito político, são geradas a partir de forças políticas em confronto. Todas essas instâncias estão imbricadas e articuladas, sendo elementos da totalidade.

Para as referidas autoras, as políticas sociais podem ser centrais no cotidiano e na agenda de luta dos trabalhadores, garantindo direitos e impondo limites aos ganhos do capital, e por isso é fundamental defendê-las. Entretanto, tais políticas não são vias de superação da desigualdade e exploração do sistema capitalista. Em uma perspectiva revolucionária e radicalmente crítica, não é possível construir um projeto de transformação social dentro do mundo do capital, pois não há possibilidade de conjugação positiva entre a sua acumulação abusiva e o princípio da igualdade. Dessa forma, é necessário reivindicar pela permanência das políticas sociais, mas sem compreendê-las como o horizonte da luta da classe trabalhadora (BEHRING e BOSCHETTI, 2009).

Coutinho (1999) explica que as políticas sociais são, por vezes, entendidas como mecanismos da burguesia para legitimar a sua dominação, dado o seu caráter paradoxal. Ao conceder direitos sociais, como o acesso à educação pública e à seguridade social, a classe burguesa passa a obter o consenso das classes subalternas, além de ampliar a sua taxa de acumulação.

Entretanto, o autor salienta que essa visão unilateral é limitada, pois ignora o protagonismo da classe trabalhadora na conquista de direitos básicos historicamente adquiridos. Direitos sociais, assim como os direitos políticos, foram obtidos a partir da luta e organização

dos trabalhadores; mesmo que em certas conjunturas uma política social atue como instrumento de cooptação, seu potencial emancipatório permanece (COUTINHO, 1999).

Godinho (2008) corrobora com o debate ao explicar que a estrutura de Estado nesse modelo econômico hegemônico não é fundamentada em uma ideia de igualdade, mas sim na manutenção de relações de classe estabelecidas por um tecido social discriminatório. Portanto, não se deve perder a dimensão crítica quanto aos limites da intervenção estatal. Todavia, a autora explicita que é possível incidir sobre essa lógica de uma forma limitada, e que um projeto de governo comprometido com o combate à desigualdade deve buscar reverter o quadro desigual entre homens e mulheres.

De acordo com Godinho, a ação do Estado é central para a alteração das dinâmicas que conformam a relação entre os gêneros. A autora elucida que o sexismo é estrutural na sociedade e, por isso, é preciso que o Estado intervenha ativamente. Dessa forma, é necessário formular políticas para as mulheres de caráter permanente, para que alterem as condições de desigualdade e promovam mudanças na cultura machista (GODINHO, 2008).

Ao identificar a política social como uma arena de disputa por direitos sociais é possível compreendê-la como um local estratégico para a defesa dos direitos das mulheres. A seguir, as políticas para as mulheres serão analisadas no contexto brasileiro.

## 1.1 POLÍTICA PARA AS MULHERES NO BRASIL

Farah (2004) relata que o movimento feminista se fortaleceu no Brasil a partir dos anos 1970 e consolidou-se rapidamente na área acadêmica. Esse processo teve reflexos imediatos na tentativa de incorporação da perspectiva de gênero na agenda governamental, com o intuito de elaborar políticas direcionadas às mulheres.

Com o processo de democratização do país nos anos 1980, surge um novo cenário no Brasil e temas sociais são incorporados pela agenda pública. As questões do movimento feminista encontram condições políticas favoráveis e passam a ser introduzidas na formulação de políticas. A redução das desigualdades de gênero é pautada na Constituição de 1988, levando-a a ser considerada pelas ações dos governos locais (FARAH, 2004 e BRASIL, 2012).

Dessa forma, a mulher é reconhecida pelo Estado como sujeito político, trazendo para o espaço público temas até então confinados à esfera privada. Esse deslocamento deu-se inicialmente por meio da participação das mulheres na luta pela redemocratização e pela resolução de problemas ligados à reprodução da desigualdade social, em questões como o transporte público, o saneamento básico, o direito à moradia e o custo de vida (FARAH 2004 e CORTIZO e GOYENECHE, 2010).

Segundo Farah (2004), a mobilização das mulheres nos movimentos sociais permitiu que fossem levantadas questões específicas ligadas à condição da mulher no Brasil. Pautas como a desigualdade salarial entre os gêneros, o direito à creche, a saúde da mulher, a relação da sexualidade feminina com o direito à contracepção e a violência contra a mulher passaram a ser discutidas politicamente. A partir disso, houve uma identificação com o movimento feminista e uma adesão a este.

Ao pressionarem o Estado a favor dos direitos das mulheres, o movimento feminista e os movimentos sociais estabeleceram o combate à discriminação da mulher como uma das desigualdades a serem superadas em uma democracia. Com esse intuito, também perceberam a necessidade de ocupar espaços governamentais para participar da formulação e implementação das políticas sociais no país, inclusive de políticas voltadas para as mulheres (FARAH, 2004).

Piovesan e Pimentel (2011) demonstram que avanços obtidos pelo movimento de mulheres na esfera internacional também impulsionaram transformações no Brasil. A temática da violência contra a mulher foi legitimada em documentos como a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher de 1979, a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena de 1993, o Plano de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento do Cairo de 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher de 1994 e a Declaração e a Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim de 1995, que influenciaram o país e inspiraram o movimento feminista brasileiro a exigir, no plano nacional, a implementação dos avanços obtidos no plano internacional.

Pitanguy (2011) também avalia que a agenda internacional ampliou as estratégias de luta dos movimentos de mulheres diante dos seus governos nacionais. A autora aponta que Conferências como a do Cairo (1994) e de Pequim (1995) foram cruciais para a institucionalização da cidadania e dos direitos humanos das mulheres no Brasil, bem como a convenções Belém do Pará, realizada em solo nacional. Essa influência no discurso político

brasileiro desencadeou diversas políticas públicas, inclusive nos campos da saúde sexual e reprodutiva e da violência de gênero.

Godinho (2004) explica que outro aspecto importante da formulação de políticas para as mulheres é a reflexão sobre as diferentes maneiras de existir na sociedade. Isso significa que implementar políticas que não compreendam as mulheres como um grupo heterogêneo é não reconhecer as suas necessidades específicas.

A proposição de políticas para as mulheres deve incorporar as suas demandas múltiplas, contemplando as diferentes vivências desse grupo. Para isso, o Estado precisa incluir em sua agenda o combate às desigualdades étnico-raciais, à transfobia, ao preconceito contra orientações sociais não-heterossexuais, bem como as reivindicações das mulheres com deficiência e demais pautas que demandam espaço na agenda feminista (GODINHO, 2008).

A parcela feminina da população brasileira é diversa, tanto no que se refere a suas condições econômicas quanto a sua heterogeneidade étnica, racial e cultural. Compreender essa disparidade torna a elaboração de políticas uma tarefa complexa e desafiadora, mas é um aspecto essencial para a construção da igualdade no país (SOARES, 2004).

Tendo em vista a diversidade presente no Brasil e o racismo como opressão estruturante, percebe-se como essencial o questionamento de Laís Abramo (2004, p.1) em sua nota técnica para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): “Porque é importante falar de gênero e raça quando se fala de políticas públicas?”.

Inicialmente, pode-se dizer que a população brasileira é afetada por preconceitos, como a discriminação de gênero, a LGBTfobia e o racismo. Geralmente utiliza-se o termo “minorias” para se referir a grupos que sofrem alguma opressão, que são marginalizados dentro da sociedade e que encontram dificuldades para ter representatividade política. Mas, de maneira alguma, esses grupos são minoria no sentido de quantidade. Ou seja, a falta de políticas públicas que incluam gênero, raça e orientação sexual não está excluindo grupos isolados, mas sim um grande contingente da população brasileira (ABRAMO, 2004).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), coletados em 2001, em nota de Laís Abramo (2004, p.1), observa-se que no Brasil:

As mulheres correspondem a 42% da População Economicamente Ativa (PEA), e os negros de ambos os sexos a 44,5%. A soma de mulheres (brancas e negras) e homens

negros corresponde a 55 milhões de pessoas, que representam quase 70% da PEA. Por sua vez, as mulheres negras que representam um conjunto bastante especial nesse grupo, correspondem a 14 milhões de pessoas – quase 20% da PEA brasileira.

De acordo com esses dados e a autora referida, pode-se dizer que a não inclusão de interesses de mulheres e negras (os) nas agendas de políticas públicas faz com que estas não reflitam de forma adequada a realidade da maior parte da população brasileira e, por isso mesmo, não podem funcionar corretamente. Mesmo que a política trate de educação, saúde e habitação, ela precisa dialogar com raça e gênero, pois é preciso atender às demandas, em qualquer circunstância, dos grupos mais vulneráveis para gerar respostas adequadas (ABRAMO, 2004).

O próprio movimento feminista, em seu surgimento, emergiu para fazer frente à opressão vivenciada pela mulher, contudo partindo de uma perspectiva privilegiada, de mulheres brancas, burguesas, universitárias, como se fosse uma realidade universal para todas as mulheres. Esse referencial inicial não contemplava, por exemplo, as mulheres negras, que sofriam tripla exploração: de gênero, de classe e de raça. Enquanto as feministas brancas refletiam sobre relações sociais e ao corpo feminino, as mulheres negras lutavam por condições materiais de vida (CALDWELL, 2000).

Como já citado anteriormente, o racismo somado à violência de gênero torna as mulheres negras extremamente vulneráveis. Segundo o último Mapa da Violência, de 2015, 60% das mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil são negras; enquanto o assassinato de mulheres brancas diminuiu 9,8%, o das mulheres negras aumentou 54,2% (WAIZELFISZ, 2015).

Gonzales (1984) afirma que as condições de existência material da comunidade negra brasileira remetem a condicionamentos psicológicos existentes desde a época colonial, que precisam ser desmascarados. Desde então e até os dias de hoje, observa-se uma separação evidente em relação ao espaço físico ocupado por brancos e negros. Enquanto historicamente os brancos vivem em condições confortáveis e privilegiadas, os negros habitam locais precários e vivem em uma situação de vulnerabilidade social. Além da divisão racial do espaço, a população negra sofre com a repressão policial de forma sistemática e violenta.

As demandas das mulheres lésbicas e bissexuais também se mostraram distintas ao que inicialmente propunha-se o movimento feminista e trouxeram novos pontos de vista para a sua produção teórica. As mulheres que não se encaixam no padrão heteronormativo sofrem com a

invisibilidade na sociedade, com estupros corretivos e com coerções preconceituosas. Também por isso, questionam o ideal de heterossexualidade compulsória e reforçam a liberdade de escolha das mulheres (RICH, 2010).

As mulheres trans, por sua vez, desafiam a concepção do que é ser mulher em uma sociedade tradicional, e por isso são brutalmente punidas. Essa situação de vulnerabilidade social marcada por violência é tão acentuada no território brasileiro que Bento (2018) chama o Brasil de o país do transfeminicídio, pois “o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo” (BENTO, 2018, p.1). Entre janeiro de 2008 e março de 2014 foram registradas 604 mortes no país, segundo pesquisa da organização não governamental (ONG) *Transgender Europe* (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam direitos da população transexual. Assim, percebe-se a importância de se debater também a pauta trans dentro do feminismo, já que esse segmento feminino é silenciado.

Como visto, as mulheres são diferentes entre si e suas vivências são marcadas por diversas relações de opressão. Entretanto, todas são marcadas pela violência. A fim de compreender melhor esse aspecto em comum, uma reflexão sobre a violência contra a mulher será realizada no próximo tópico.

## 1.2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Discutir gênero é perpassar todos os âmbitos da vida pública e privada dos indivíduos. A religião, a escola, a família, a mídia e diversos outros meios sociais mostram-se determinantes para definir o que é esperado dos seres humanos perante o seu sexo, o seu gênero e a sua orientação sexual. Uma das principais autoras que contribuíram para o debate de gênero foi a historiadora estadunidense Joan Scott, que desenvolveu reflexões acerca de gênero como categoria utilizada para designar as relações sociais entre os sexos, cuja reflexão direciona-se no sentido da produção do saber sobre a diferença sexual.

Scott (1994, p.13) entende o gênero como a organização social da diferença sexual que se percebe, “o que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais”. Conceituar essa categoria é utilizar três principais características, sendo essas: a) a questão relacional e as desigualdades existentes entre homens e mulheres nas



relações de poder; b) o reconhecimento do gênero como construção social das diferenças e c) o gênero como o campo principal onde o poder se articula socialmente.

Para Saffioti (2004), a desigualdade presente entre homens e mulheres é fruto do patriarcado. A autora apresenta o patriarcado como um pacto de dominação dos homens sobre as mulheres, que determina uma estrutura de poder e contamina a sociedade com suas hierarquias. A ordem patriarcal perpassa não apenas pela sociedade civil e pelas relações sociais, mas impregna também o Estado. Assim, a desigualdade entre os gêneros não é de origem natural ou biológica, mas sim social e cultural.

A estrutura patriarcal legitima o uso da violência pelo homem, concedendo autorização ou, pelo menos, tolerância aos seus atos. A lógica de dominação desse sistema justifica socialmente a violência masculina direcionada às mulheres, crianças e adolescentes. A autora citada explica que uma mulher também é capaz de agir com violência em relação a um homem, por exemplo. Contudo, as mulheres, como categoria social, não possuem um projeto de sociedade para se apoiarem, o que faz toda a diferença (SAFFIOTI, 2001 e 2004).

É necessário compreender a violência baseada no gênero a partir do estudo da totalidade, diferenciando-a de outras formas de agressão. De acordo com Bandeira (2014), esse tipo de violência não acontece entre duas pessoas consideradas iguais socialmente ou vistas nas mesmas condições de existência, pelo contrário: tem como motivação as desigualdades inerentes à construção dos gêneros, que começam no espaço familiar e estabelecem relações hierárquicas.

As assimetrias existentes entre homens e mulheres regem o cotidiano da vida social e são pautadas em uma ordem simbólica desigual. Nesse contexto, concede-se ao homem o papel dominador e espera-se da mulher passividade, e essa situação pode ser agravada ainda por determinantes sociais, como raça, idade e classe social, dentre outros (BANDEIRA, 2009 e 2014).

Saffioti (2001) explica que as relações de gênero devem ser analisadas no conjunto das relações sociais, pois nenhuma relação encontra-se fora da estrutura social. Por isso, ignorar a estrutura de classes impossibilita o entendimento das múltiplas realidades femininas. A pobreza agrava a situação de vulnerabilidade da mulher perante a violência (SAFFIOTI, 2004).

Os atos de violência contra a mulher, principalmente no espaço doméstico, foram historicamente e culturalmente naturalizados em nossa sociedade, considerados pertencentes ao

âmbito privado e observados como acontecimentos pontuais. Ao serem analisados de forma isolada, não são percebidos como parte de um fenômeno estrutural de uma sociabilidade patriarcal, que apresenta valores e padrões sexistas, em que os papéis sociais são atribuídos baseados no sexo biológico e construídos socialmente na vivência de homens e mulheres (CORTIZO e GOYENECHE, 2010).

Para combater a violência contra a mulher no âmbito doméstico no Brasil, foi aprovada a Lei Maria da Penha em 2006. Essa lei foi inspirada na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará), que “ampliou a extensão dos repertórios conceituais relativos às múltiplas práticas da violência contra a mulher” no contexto brasileiro (BANDEIRA, 2009, p.404 e BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha atende as mulheres vítimas de violência, seja de que tipo for. São formas de violência, segundo a lei:

1. a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda a saúde ou a integridade corporal;
2. a violência sexual, relacionada a qualquer situação de coerção a presenciar, manter ou participar de uma relação sexual não desejada, bem como qualquer situação que limite o exercício de direitos sexuais e reprodutivos;
3. a violência psicológica, no sentido de humilhações; atitudes que causem dano emocional e diminuição da autoestima; ameaças, constrangimentos e manipulações; insultos; controle de comportamento, da forma de vestir, de comer ou se expressar; vigiar; chantagear; isolar; qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
4. a violência moral, que se trata de ofensas, calúnias, xingamentos, difamações e injúrias, humilhações públicas ou falsas acusações;
5. a violência patrimonial, como ter seus pertences estragados ou destruídos por um agressor; ter seu salário confiscado ou controlado e ser exigida a prestação de contas dos gastos e ter algum patrimônio vendido sem seu consentimento (BRASIL, 2006).

Vale dizer que a violência pode se apresentar no âmbito domiciliar, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, e pode vir tanto de um homem, quanto de outra mulher em

que haja a convivência íntima ou doméstica. Estão incluídas pessoas da família, como: pai, mãe, irmãos, ou mesmo um cuidador. Pode ser o patrão ou patroa que convivam no mesmo ambiente doméstico, ex-esposa(o), ou colega de quarto. É um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, estados civis, escolaridade, raças e orientações sexuais (BRASIL, 2006).

Para atuar no enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil, foi formulada a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contras as Mulheres. Esse exemplo de política para as mulheres no contexto brasileiro será apresentado a seguir.

### 1.3 A POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A partir de 2003, a Secretaria de Políticas para Mulheres implementou ações de enfrentamento à violência, tais como: “Criação de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública” (BRASIL, 2011, p. 7).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, desenvolvida a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, foi elaborada com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). A política descreve como objetivo principal “enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral deste fenômeno” (BRASIL, 2011, p. 35)

É pertinente analisar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres ao observar o contexto brasileiro. De acordo com a pesquisa de Waizelfisz (2015, p. 27), internacionalmente o Brasil ocupa a quinta posição de país mais violento contra a mulher (em um grupo de 83 países com dados homogêneos, fornecidos pela Organização Mundial da Saúde), com taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres:

Efetivamente, só El Salvador, Colômbia, Guatemala (três países latino-americanos) e a Federação Russa evidenciam taxas superiores às do Brasil. Mas as taxas do Brasil são muito superiores às de vários países tidos como *civilizados*: 48 vezes mais

homicídios femininos que o Reino Unido; 24 vezes mais homicídios femininos que Irlanda ou Dinamarca e 16 vezes mais homicídios femininos que Japão ou Escócia. Esse é um claro indicador que os índices do País são excessivamente.

Diante deste cenário alarmante, a Política Nacional em evidência propõe apresentar conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional (BRASIL, 2011).

A fim de contemplar as mulheres em todas as suas especificidades e alcançar todas as expressões da violência baseada no gênero, a Política Nacional em questão tem como prioridade implementar políticas amplas que sejam articuladas a diversos setores da sociedade – como a saúde, segurança pública, justiça, educação e assistência social –, para que sejam criadas ações que procurem quebrar padrões sexistas e criar espaços de atendimento humanizado àquelas mulheres em situação de violência. Para isso, essa política nacional utiliza o conceito de “enfrentamento”, compreendendo que, além do combate à violência, a prevenção, a assistência e a garantia de direitos das mulheres também são fundamentais. Portanto, essas dimensões se configuram como os quatro eixos estruturantes que organizam a Política (BRASIL, 2011).

No âmbito preventivo, a Política Nacional de que se fala pretende romper com a opressão de gênero a partir de ações culturais e educativas. Dessa forma, objetiva-se buscar desconstruir valores patriarcais na sociedade, que perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres em sua raiz (SOARES, 2004).

No que tange à garantia dos direitos humanos das mulheres, esta Política Nacional prevê iniciativas que promovam a autonomia e a independência das mulheres, buscando cumprir tratados internacionais assinados pelo Brasil na área de violência de gênero. Já no que diz respeito à assistência às mulheres em situação de violência, cabe à Política Nacional garantir o atendimento qualificado a vítimas de violência e espaços de atendimento especializado que garantam:

Formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados (Casas-Abrigo, Centros de Referência, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher), Constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento (articulação dos governos Federal, Estadual/Distrital, Municipal e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência

contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento) (BRASIL, 2011).

Assim, para combater essa violência estruturante da nossa sociabilidade, a Política Nacional em pauta também estabelece ações punitivas aos agressores a partir de normas legais, principalmente da Lei Maria da Penha. De acordo com Maciel (2011), essa lei foi um marco na institucionalização do problema da violência contra a mulher, pois reconheceu formalmente a situação de vulnerabilidade feminina frente às relações de poder entre os gêneros, sejam nas relações domésticas, familiares ou afetivas. Além disso, estabeleceu a força simbólica da pena na redefinição jurídica da violência, instituindo finalmente o deslocamento do problema da violência contra a mulher da esfera privada para a esfera pública. Essa transformação, portanto, permitiu que conflitos domésticos fossem resolvidos pelo aparato estatal-legal.

Ressalta-se, enfim, a necessidade da existência de um monitoramento das ações de enfrentamento propostas pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e a importância do Estado brasileiro em adotar cada vez mais políticas pensadas por uma perspectiva de gênero e leis como a Lei Maria da Penha, que sejam acessíveis a todas as mulheres, contemplem todas as especificidades desse grupo diverso, e englobem as diferentes modalidades pelas quais a violência se expressa.

## **CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DA SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO GDF**

Como demonstrado no capítulo anterior, a implementação de políticas para as mulheres é um grande avanço histórico decorrente de embates no interior da organização política das mulheres brasileiras e da trajetória do pensamento feminista no Brasil (MOURA, 2018).

Esses serviços públicos especializados e estratégias direcionados às mulheres têm amparo legal na Lei Orgânica do Distrito Federal, a partir da Emenda n.º 16, de 30 de maio de 1997, que, no Capítulo X, dispõe:

Art. 276. É dever do Poder Público estabelecer políticas de prevenção e combate à violência e à discriminação, particularmente contra a mulher, o negro e as minorias, por meio dos seguintes mecanismos: I - criação de delegacias especiais de atendimento à mulher vítima de violência e ao negro vítima de discriminação; II - criação e manutenção de abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica; III - criação e execução de programas que visem à coibição da violência e da discriminação sexual, racial, social ou econômica; IV - vedação da adoção de livro didático que dissemine qualquer forma de discriminação ou preconceito; V - criação e execução de programas que visem a assistir gestantes carentes, observado o disposto no art. 123, parágrafo único; VI - incentivo e apoio às comemorações das datas importantes para a cultura negra. Art. 277. As empresas e órgãos públicos situados no Distrito Federal que, comprovadamente, discriminarem a mulher nos procedimentos de seleção, contratação, promoção, aperfeiçoamento profissional e remuneração, bem como por seu estado civil, sofrerão sanções administrativas, na forma da lei. Parágrafo único. Aplicam-se as sanções referidas neste artigo a empresas e órgãos públicos que exijam documento médico para controle de gravidez ou fertilidade (CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, 2018, s/p).

No Distrito Federal, as políticas sociais voltadas para as mulheres são executadas por uma subsecretaria que integra a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH), criada pelo Decreto n.º 36.832, de 23 de outubro de 2015 (DISTRITO FEDERAL, 2018a). Entretanto, o espaço institucional destinado a coordenar essas políticas já adquiriu diversas formas.

Em 2011, o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, instituiu em sua gestão governamental a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SEM/DF), a partir do Decreto n.º 32.716, de 1º de janeiro de 2011. O objetivo do órgão era atuar como formulador e executor de políticas de Estado para ampliação e defesa dos direitos das mulheres, na perspectiva da emancipação e transformação social (DISTRITO FEDERAL, 2011).

A criação da SEM/DF resultou da luta de mulheres do Distrito Federal, as quais apresentaram suas demandas e travaram debates com os gestores da política neste território.

Anteriormente, o local que contemplava institucionalmente as políticas para mulheres era a Subsecretaria de Assuntos da Mulher, presente na Secretaria de Estado da Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUS) (DAYRELL, 2014). Dessa forma, a SEM/DF marcou o momento em que o espaço institucional direcionado para as questões das mulheres saiu de uma condição de subsecretaria e assumiu a condição de secretaria de Estado.

Essa secretaria de Estado nasceu com a concepção de que a interlocução com outros órgãos governamentais é necessária para a garantia dos direitos das mulheres em todos os setores, formando uma rede articulada de proteção. Para o combate à violência contra a mulher ser efetivo é importante não apenas uma rede completa de atendimento, mas também uma mudança de valores na sociedade. Além disso, entende-se que é preciso amparar a população feminina em toda a sua diversidade, levando em consideração os fatores sociais, econômicos e identitários (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Godinho (2008) explica que introduzir uma plataforma de políticas sob uma ótica feminista permite um avanço na atuação do Estado. Entretanto, a existência de um organismo específico para as mulheres, como uma secretaria, não garante uma mudança real na ação do governo. Mudar a prática governamental demanda disputar no interior dos setores da administração pública em defesa do feminismo. Com o objetivo de aumentar a participação ativa das mulheres nas decisões da Secretaria, a SEM/DF realizou diversas ações.

Algumas das ações da SEM/DF foram: a) a realização da Conferência Distrital das Mulheres, em outubro de 2011; e, no mesmo ano, b) a reestruturação do Conselho dos Direitos da Mulher, fundado em 1988; c) a construção de uma Câmara Técnica em 2012 para planejar, executar e monitorar a implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres no âmbito distrital; e d) a elaboração do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres em 2014, que descreveu a importância do enfrentamento da violência contra a mulher e lançou bases para o debate sobre equidade de gênero no Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2014, 2018b, 2018c).

Quanto ao I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, Olgamir Amancia, secretária da Mulher do DF, na ocasião do lançamento destacou que a institucionalização de uma política distrital para as mulheres evidencia um amadurecimento político quanto ao papel do Estado no desenvolvimento de ações em defesa dos direitos das mulheres e pela eliminação das desigualdades de gênero (BRASIL, 2011).

Nesse documento, constam as diretrizes da 3ª Conferência Distrital de Políticas para as Mulheres e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PDPM), que inclui as propostas do Planejamento Integral Básico, as quais integram o processo de repactuação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, entre outros eixos de atuação (BRASIL, 2011).

Em janeiro de 2015, assume o governador Rodrigo Rollemberg e, com a mudança de governo, o Poder Executivo do Distrito Federal publica o Decreto n.º 36.236, de 1º de janeiro de 2015, o qual divulga as secretarias e subsecretarias que continuariam a existir. Nesse documento, a SEM/DF é substituída pela Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, que agrupa não apenas a pauta das mulheres, mas também outros temas de minorias políticas. O decreto define:

A Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal tem competência e atuação nas seguintes áreas: I – políticas para as mulheres; II – proteção e promoção dos direitos das mulheres; III – promoção de políticas e defesa de direitos das pessoas idosas; IV – políticas de promoção da igualdade racial; V – prevenção e combate do racismo, da homofobia, do sexismo e de outras formas de discriminação; VI – promoção dos direitos humanos e da cidadania; VII – garantia dos direitos humanos de todos os cidadãos, com particular atenção sobre populações de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, em situação de privação de liberdade e vítimas de tráfico de pessoas. (DISTRITO FEDERAL, 2015, s/p).

Esse é o momento em que a antiga Secretaria da Mulher funde-se a outras secretarias já existentes: a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Especial do Idoso, além do segmento responsável pelos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2011). Porém, essa conjuntura é temporária, pois o processo de fusão entre as secretarias intensifica-se e resulta no Decreto n.º 36.832, de 23 de outubro de 2015. Por meio desse instrumento, o Poder Executivo delibera:

A Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social passam a integrar a Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo, alterada sua denominação para Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2015a).

Constata-se, a partir da trajetória relatada, que houve uma integração entre secretarias que centralizou diversos órgãos governamentais responsáveis pela administração de políticas sociais e deu origem à SEDESTMIDH. Essa aglomeração resultou em uma nova estrutura



organizacional, onde a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos tornou-se uma secretaria adjunta, na qual foi incluída a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres.

Portanto, é importante destacar que o espaço institucional encarregado de políticas para as mulheres realizou um movimento contrário: o órgão perdeu a condição de Secretaria de Estado e retornou ao seu ponto inicial, de mera subsecretaria.

## 2.1 A SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

A SEDESTMIDH é um órgão da Administração Pública do Governo do Distrito Federal. É composta pelo Gabinete e por três secretarias adjuntas: a 1) Secretaria Adjunta do Trabalho, 2) a Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social e 3) a Secretaria Adjunta de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Ao agrupar essas áreas, a SEDESTMIDH torna-se responsável pela execução de diversas políticas sociais no âmbito do Distrito Federal, como as políticas de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar e nutricional. Além disso, deve elaborar e promover políticas que contemplem segmentos sociais historicamente invisibilizados institucionalmente, como a população negra, as mulheres, pessoas com deficiência, idosos, minorias étnicas, pessoas em situação de rua e pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2018a).

Uma das principais atribuições da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social (SEDEST) é contribuir para o enfrentamento da pobreza estrutural e garantir para a população em situação de vulnerabilidade o direito à proteção social por meio de serviços e benefícios. Assim sendo, encarrega-se de executar políticas sociais redistributivas e da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Além disso, para assegurar e ampliar sua capacidade protetiva, também objetiva desenvolver potencialidades e promover a autonomia das famílias e usuários atendidos (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2018a).

No que compete à questão trabalhista, cabe à Secretaria Adjunta do Trabalho (SEATRAB) gerenciar o sistema público de emprego e possibilitar para os beneficiários dos

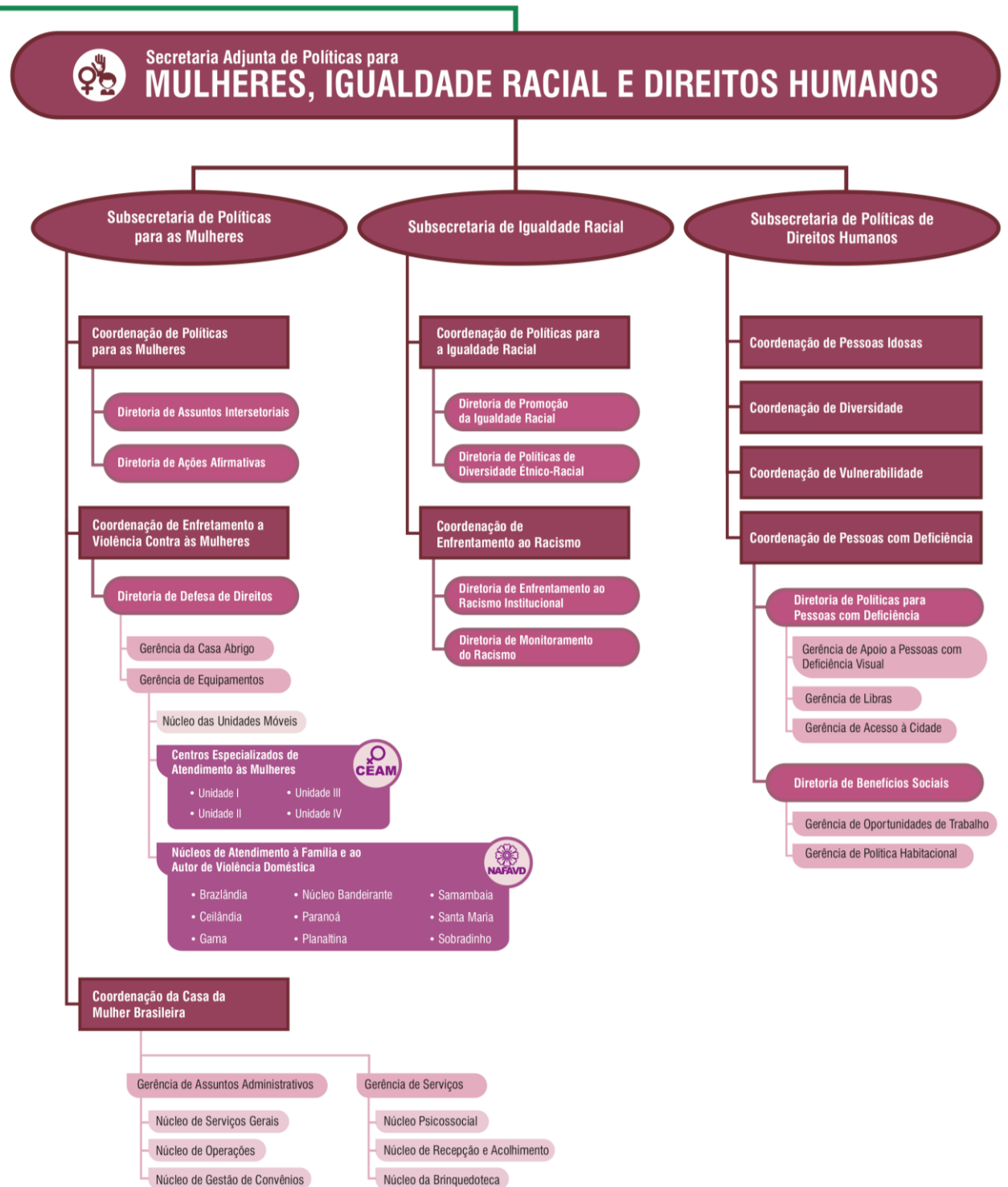
programas sociais oportunidades de qualificação profissional, financiamento, geração de renda, economia solidária, e incentivos a iniciativas de pequenos empreendedores ou associações de trabalhadores, como cooperativas. É também de seu interesse a defesa de condições dignas de trabalho para a população.

Por fim, a SEDESTMIDH desempenha a tarefa de proteção a minorias políticas, por meio da Secretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SAMIDH) (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2018a), cuja estrutura será estudada a seguir.

## 2.2 A SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

Conforme é possível perceber no organograma da SAMIDH (Figura 01), a SAMIDH engloba três subsecretarias: 1) a Subsecretaria de Igualdade Racial, 2) a Subsecretaria de Direitos Humanos e 3) a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. A primeira citada coordena políticas para a igualdade racial e promove o enfrentamento ao racismo. A segunda atende à demanda de segmentos marginalizados da sociedade, como pessoas idosas, em vulnerabilidade social, com deficiência e LGBT. A terceira, objeto deste estudo, será analisada a seguir (DISTRITO FEDERAL, 2018g).

Figura 01: Organograma da SAMIDH



Fonte: SEDESTMIDH, 2018.

## 2.3 A SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO DISTRITO FEDERAL

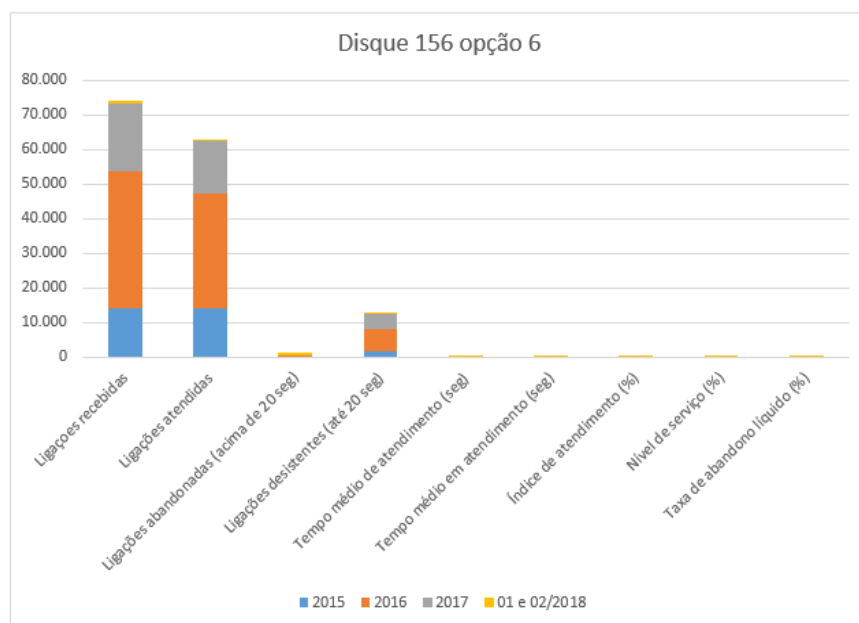
É função da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres formular e implementar políticas públicas sociais que visem à proteção da mulher e à igualdade de direitos entre gêneros. Dessa forma, está em seu alcance a execução de políticas de acolhimento para mulheres vítimas de violência, como mulheres em situação de violência doméstica, e de ações que proporcionem autonomia econômica. Essa Subsecretaria também realiza pesquisas na área de gênero publicadas pelo Observatório Distrital de Gênero (DISTRITO FEDERAL, 2018a, 2018h).

Sua estrutura organizacional é composta por três coordenações: 1) a Coordenação de Políticas para as Mulheres; 2) a Coordenação de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e 3) a Coordenação da Casa da Mulher Brasileira (Figura 01).

A Coordenação de Políticas para as Mulheres tem como incumbência desenvolver ações que proporcionem a autonomia econômica das mulheres, bem como realizar pesquisas e ações educativas voltadas ao gênero. Essa coordenação conta com duas diretorias: a Diretoria de Assuntos Intersetoriais e a Diretoria de Ações Afirmativas (DISTRITO FEDERAL, 2018g).

A Coordenação de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres abrange a formulação, a articulação e a execução de políticas para a população feminina no que se refere à proteção de mulheres em situação de violência doméstica. Organiza-se a partir da Diretoria de Defesa de Direitos, que é responsável pela Gerência da Casa Abrigo e pela Gerência de Equipamentos. Ainda abarca a gestão dos Centros Especializados de Atendimento às Mulheres (CEAM), dos Núcleos de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica (NAFAVD), e do programa das Unidades Móveis de Atendimento à Mulher do Campo e do Cerrado, além Disque-Direitos Humanos da Mulher (156 opção 6). Esse disque denúncia, de acordo com o Observatório Distrital de Gênero, registrou crescimento do número de ligações entre 2015 a 2018, conforme Gráfico 01.

Gráfico 01: Ligações para o Disque 156



Fonte: DISTRITO FEDERAL, 2018g.

A Casa Abrigo do DF é um local destinado à proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e sexual e/ou em risco de morte, bem como de seus dependentes. Oferece um local seguro de refúgio e disponibiliza atendimento psicológico, jurídico, pedagógico e de assistência social, a fim de possibilitar os meios necessários para a transformação da realidade das usuárias atendidas (DISTRITO FEDERAL, 2018d). A Casa possui um caráter temporário e sigiloso e, por isso, o acesso se dá apenas por encaminhamento de delegacias, principalmente das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) (RODRIGUES, 2014).

Outro espaço de acolhimento à população feminina em situação de violência é o CEAM, que promove o fortalecimento da autoestima e da autonomia das mulheres, além da “prevenção, interrupção e superação das situações de violações de direitos” (DISTRITO FEDERAL, 2018e). No Distrito Federal, existem quatro unidades: CEAM 102 Sul, CEAM Planaltina, CEAM Ceilândia e CEAM da Casa da Mulher Brasileira.

Os NAFAVDs também dão suporte a vítimas de violência, porém utilizam uma estratégia diferenciada. O atendimento é feito de forma interdisciplinar com homens e mulheres envolvidos em situações de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou seja, inclui também os autores de violência no espaço familiar. Assim, é realizado em conjunto um trabalho de responsabilização, reeducação e reflexão com os agressores envolvidos, por meio de espaços de escuta e reflexão (DISTRITO FEDERAL, 2018f). O objetivo é demonstrar que é possível lidar com os conflitos de forma não agressiva e quebrar ciclos de violência que são

reproduzidos (SANTOS, 2013). Existem nove NAFAVDs no Distrito Federal, cada um em uma Região Administrativa diferente. Em 2014, dados coletados pela Promotoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) da cidade de Brazlândia comprovaram a eficiência do NAFAVD: o local possui uma taxa de reincidência baixíssima, pois 87% dos homens atendidos não voltaram a cometer agressões (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Por sua vez, a Coordenação da Casa da Mulher Brasileira (CMB) desempenha o papel de coordenar a unidade da Casa da Mulher Brasileira em Brasília, que foi fundada em 2015 e atende mulheres em situação de violência provenientes de todo o Distrito Federal (ROCHA, 2017). O projeto é um dos eixos estruturantes do programa “Mulher, Viver sem Violência”, lançado pela presidenta Dilma Rousseff em 2013 e coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Além da CMB, o programa previa outras ações como: 1) a ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; 2) a organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual e 3) a criação de unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta (BRASIL, 2013).

A Casa da Mulher Brasileira (CMB) foi idealizada como um centro de atendimento e proteção para mulheres vítimas de violência de gênero. Como mencionado no Capítulo I deste trabalho, a violência contra a mulher é fruto da desigualdade existente entre os gêneros, fundamentada em uma hierarquia patriarcal (BANDEIRA, 2014).

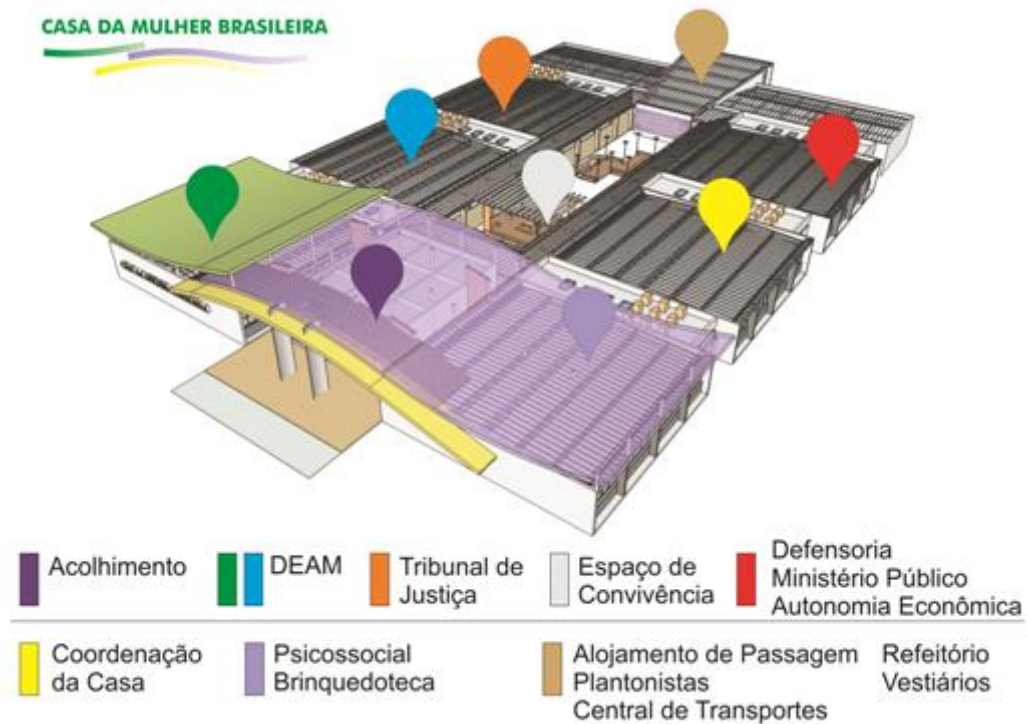
Assim, para garantir um suporte completo, a CMB integra em um só espaço diversas esferas institucionais, como delegacia, juizado, Ministério Público e Defensoria Pública, a fim de comportar os serviços especializados necessários para receber mulheres em situação de violência. Em outras palavras, a CMB foi projetada para ser um complexo com uma rede de atendimento integrada que disponibiliza profissionais capacitados para tornar o atendimento mais humanizado, ágil e eficaz, evitando a revitimização das usuárias (MARTINS, CERQUEIRA e MATOS, 2015).

A CMB representa uma nova possibilidade de acolhimento disponibilizado pelo Estado brasileiro a vítimas de violência. O serviço prestado pelo espaço tem o potencial de transformar as vidas de vítimas de violência doméstica, já que ao escutá-las e orientá-las, os profissionais fortalecem e incentivam essas mulheres a tomar a decisão de romper com o ciclo de violência na qual elas se encontram. Além disso, a CMB capacita profissionalmente as atendidas, para

que alcancem independência financeira em relação aos seus agressores (BERTOLIM e SÁLVIA, 2015).

Em Brasília, a Casa da Mulher Brasileira (Fig. 02) foi fundada em 2015, e, desde então, atende mulheres em situação de violência provenientes de todo o Distrito Federal.

Figura 02: Serviços da Casa da Mulher Brasileira de Brasília



Fonte: SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2015.

Na CMB, a Coordenação da Subsecretaria é constituída por duas gerências: a Gerência de Assuntos Administrativos, que é composta pelo Núcleo de Serviços Gerais, o Núcleo de Operações e o Núcleo de Gestão de Convênios; e a Gerência de Serviços, que integra o Núcleo Psicossocial, o Núcleo de Recepção e Acolhimento e o Núcleo da Brinquedoteca (DISTRITO FEDERAL, 2018a). A primeira cuida de processos operacionais da Casa de forma geral e assuntos externos, enquanto a segunda engloba os núcleos dos atendimentos iniciais da CMB.

Ao chegarem ao local, as mulheres são recepcionadas e encaminhadas para um serviço de triagem, em que será identificada a situação da usuária. Em seguida, um atendimento é realizado pela equipe do Apoio Psicossocial, composta por psicólogos e assistentes sociais. Então, esses profissionais executam o acolhimento com escuta sensível às mulheres e as

orientam (ROCHA, 2017). Há ainda uma brinquedoteca que acolhe crianças de até 12 anos de idade, enquanto o atendimento às mulheres usuárias é efetuado (BRASIL, 2015).

Dessa forma, a CMB, assim como os outros espaços de atendimento às mulheres coordenados pela Subsecretaria de Políticas para as Mulheres citados, funciona como um mecanismo estatal para a defesa das mulheres no Distrito Federal.

Como foi explicado no início do capítulo, a Subsecretaria já assumiu diversas formas. Observou-se que o processo de reestruturação das secretarias responsáveis por políticas sociais, iniciado com a mudança de mandato de governo no GDF, a fez regredir para a sua condição inicial, de subsecretaria. Isso pode ser visto como um reflexo da relevância atribuída a esse órgão pelo plano de governo em questão.

Além da perda de espaço institucional da Subsecretaria no organograma do GDF, a população feminina do Distrito Federal enfrenta um cenário preocupante de violência contra a mulher. Serão apresentados no próximo capítulo dados sobre essa situação de violência e a atuação da Subsecretaria frente à essa realidade.



## **CAPÍTULO 3 – A ATUAÇÃO DA SUBSECRETARIA FRENTE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO DISTRITO FEDERAL**

### **3.1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO DF**

O Distrito Federal liderava o ranking nacional de telefonemas realizados para o Ligue 180 em 2012, um serviço disponibilizado pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência da República para a denúncia de casos de violência contra a mulher. Em 2013, as ligações aumentaram em 12,1%, e foram registradas 14,7 mil ocorrências ao longo do ano, com uma média de 40 denúncias por dia. A Secretaria da Mulher comunicou na época que o número crescente de denúncias estava relacionado ao maior acesso à informação da mulher sobre as medidas de proteção do governo e sobre o que é violência contra a mulher segundo a Lei Maria da Penha; dessa forma, a população feminina sentiu-se mais confiante e encorajada para denunciar seus agressores. Em 2014, os casos diminuíram para 13,8 mil, com uma média de 38 registros por dia (GLOBO, 2014).

A Secretaria de Saúde realizou um estudo relatando que 72,6% dos casos de agressão em 2015 no DF foram contra mulheres. A análise expõe que de 745 atendimentos relacionados com violência física, 523 foram contra mulheres. Em relação a abuso sexual, 415 casos foram registrados, e apenas 60 tratavam-se de vítimas do sexo masculino (METRÓPOLES, 2016).

Já em 2017, o Ministério Público compôs um relatório estatístico sobre violência doméstica no DF após a implementação da Lei Maria da Penha. O balanço demonstra que são feitas uma média de 13 mil denúncias anualmente, e que 93,4 mil mulheres pediram proteção da Justiça de 2006 a 2017 por estarem em situação de risco. Segundo o levantamento, os principais crimes praticados contra as mulheres nesse período foram: ameaças (60%), injúrias (58%) e lesões corporais (32%). O estudo também revela que as Regiões Administrativas com maior incidência desse tipo de crime são Ceilândia, Planaltina e Samambaia, e que a maior parte das agressões costumam ocorrer aos domingos à noite, entre às 18h e às 21h (GLOBO, 2017).

Analisar as matérias midiáticas que circulam na internet possibilita observar um aumento no número de casos de violência de gênero no território do DF. Uma reportagem de janeiro de 2018 do jornal Correio Braziliense revelou dados da Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social os quais demonstram que são cometidos 42 agressões domésticas, estupros ou mortes contra as mulheres do Distrito Federal por dia, número maior do que o de 2014, já

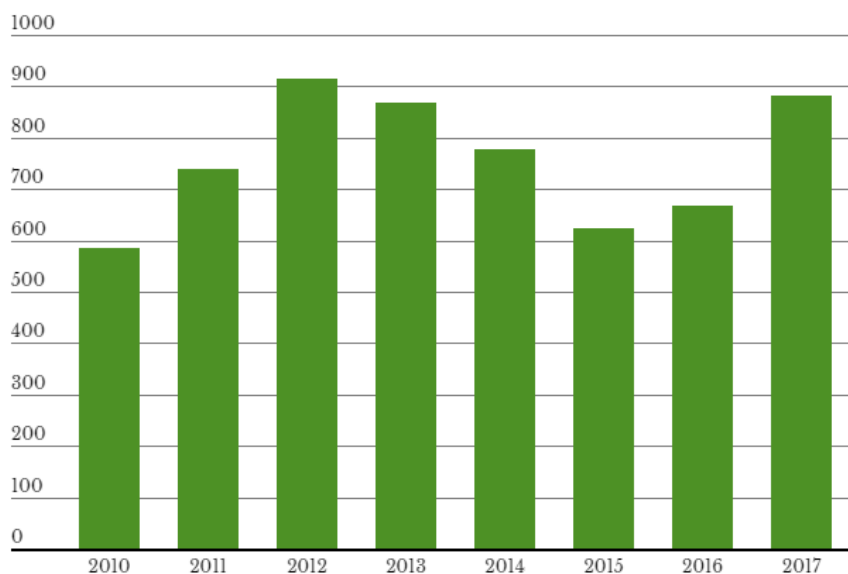
supracitado. Só no período de janeiro a setembro de 2017, o DF registrou 10,8 mil casos de violência doméstica, 14 de feminicídio e 646 de estupros. A média mensal em 2018 de ataques contra mulheres na capital federal é de 1.274 (CORREIO BRAZILIENSE, 2018).

De fato, os índices da violência contra a mulher cresceram no governo do DF. Em março de 2018, a agência Lupa publicou os resultados do projeto SobreElas, que investigou se as promessas feitas em campanhas eleitorais por todo o Brasil em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher foram cumpridas. No Distrito Federal, o governador Rodrigo Rollemberg comprometeu-se em “Reduzir os índices de violência contra segmentos – especialmente jovens, negros, mulheres e LGBT” (PROGRAMA DE GOVERNO 2014).

Entretanto, a matéria ilustra o aumento da violência, com os seguintes gráficos 02 e 03:

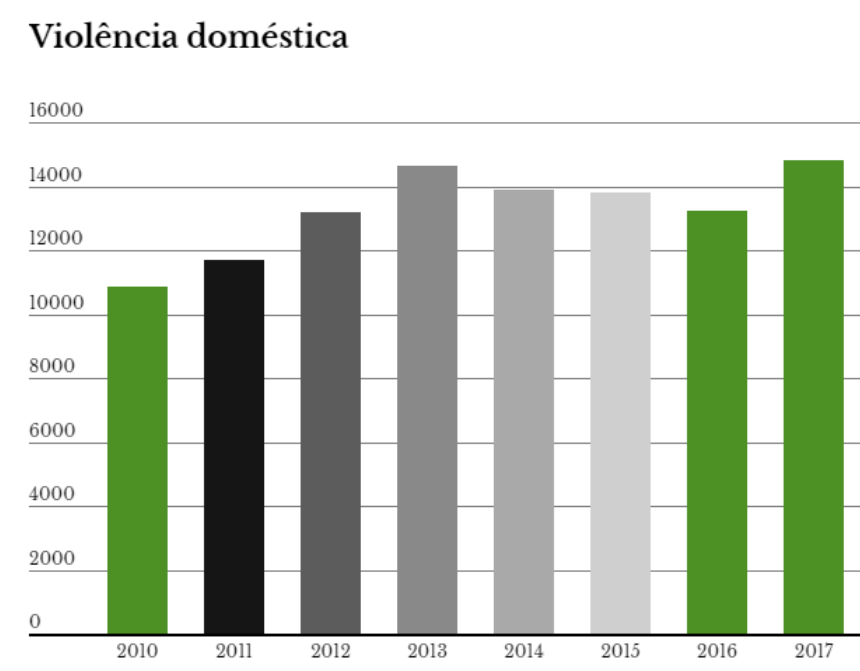
Gráfico 02: Estupros

### Estupros



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social, 2018.

Gráfico 03: Violência doméstica



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social, 2018.

Outros dados alarmantes apresentados são os de feminicídio (assassinatos de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, por serem mulheres). Sob a administração Rollemberg o DF foi de 5 casos em 2015 para 20 em 2016. Em 2017, houve uma diminuição, com 19 casos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Contudo, observa-se que o último balanço mensal da Secretaria da Segurança Pública e da Paz social, apresentado em junho de 2018, mostra que a quantidade de estupros registrados no DF caiu. O mês de maio de 2018 registrou 37 casos a menos que o mesmo mês no ano anterior (DISTRITO FEDERAL, 2018a).

### 3.2 A ATUAÇÃO DA SUBSECRETARIA

Inserida nesse contexto preocupante de violência, é papel da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres garantir a proteção da mulher no Distrito Federal. Para isso, sua atuação não deve limitar-se a lidar com casos de violência de forma isolada. Para combater a cultura de violência contra as mulheres neste território é preciso promover mudanças na sociedade por

meio de ações preventivas, transformando os valores e comportamentos sociais e construindo uma realidade mais igualitária (BRASIL, 2011).

Dessa forma, é importante registrar os principais programas, projetos e ações com a temática de gênero colocados em prática pelo GDF desde a implementação da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, na estrutura citada no capítulo anterior.

De acordo com Ávila (2015, p. 14): “Ter um trabalho assalariado ou um trabalho autônomo que gere renda é uma necessidade social das mulheres para sua própria manutenção e/ou de sua família”. Nessa perspectiva, considerando a necessária autonomia financeira da mulher, um dos programas ativos no Distrito Federal é o Pronatec Mulheres Mil, fruto de uma parceria entre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a SEDESTMIDH. Trata-se de um programa com cursos técnicos direcionados a mulheres em situação de vulnerabilidade social já acompanhadas pela rede pública socioassistencial, inclusive vítimas de violência, como as usuárias dos serviços da Casa da Mulher Brasileira (2018i). Esse programa consiste em uma estratégia de capacitação profissional e inserção no mundo do trabalho dessa população. Exemplos de cursos ofertados são os de cuidadora de idosos, cuidadora infantil, camareira, copeira e organizadora de eventos. Segundo a Subsecretaria, em janeiro de 2018, 250 mulheres diplomaram-se pelo programa (DISTRITO FEDERAL, 2018i).

Não somente a profissionalização é fundamental para o fortalecimento da mulher, mas a autonomia econômica e financeira. Nesse sentido, uma conquista recente que atuou nessa dimensão foi o Banco de Emprego para Mulheres Vítimas de Violência (BEM), previsto na Lei n.º 6.022, sancionada em dezembro de 2017. O BEM tem como público-alvo mulheres vítimas de violência doméstica e familiar cujo objetivo é inseri-las no mundo do trabalho para que desenvolvam autonomia econômica. Essa iniciativa possibilita a mulher a romper com o ciclo da violência em sua vida, uma vez que o desemprego é um dos problemas sociais no Brasil e atinge principalmente as mulheres (DISTRITO FEDERAL, 2018a).

Ainda nesse contexto de autonomia financeira, em janeiro de 2018 a SEDESTMIDH, em parceria com Fórum Distrital Permanente de Mulheres do Campo e do Cerrado, promoveu a Feira das Mulheres do Cerrado. O evento disponibilizou um espaço para mulheres rurais, ciganas, indígenas, negras e quilombolas comercializarem seus produtos artesanais e conquistarem o mercado, divulgando suas atividades.

Em fevereiro de 2018, foi realizada uma ação de conscientização “Brasília de Todas as Mulheres”, durante um carnaval, com o intuito de orientar a população do DF como denunciar qualquer tipo de violência contra a mulher. Por isso, foram distribuídos materiais de divulgação sobre a rede de proteção à mulher no DF. A ação também foi pensada como uma campanha de prevenção à violência sexual para o período do carnaval (DISTRITO FEDERAL, 2018a).

Conforme já mencionado, um dos espaços que mais se destaca na Subsecretaria é a Casa da Mulher Brasileira. Nesse local, há palestras sobre a estrutura e o funcionamento da CMB para as mulheres e cursos formativos para profissionais e agentes públicos que atuam em instituições que compõem a rede de proteção contra a violência de gênero. Nesse espaço, as mulheres compartilham suas vivências, suas relações pessoais e os impactos da violência em suas vidas, concordando no respeito ao sigilo da identidade de outras mulheres e ao não julgamento de suas histórias ou decisões. Por ser uma violência sexista e estrutural, diversos padrões de violência podem ser observados e as mulheres podem perceber em outras situações similares às suas que não estão sozinhas. Essas ações são realizadas por uma atuação conjunta entre assistentes sociais e psicólogos. Entretanto, em abril de 2018, a CMB foi interditada e o seu funcionamento no local está impossibilitado (DISTRITO FEDERAL, 2018i).

Considerando que o acesso à informação é um direito do cidadão e dever do Estado, a mais recente vitória da Subsecretaria é o Observatório Distrital de Gênero, lançado em março de 2018, cuja missão é “Contribuir para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres do Distrito Federal e Entorno, servindo de ferramenta para a formulação, implementação, avaliação de políticas públicas e para o controle e participação social” (2018h).

Trata-se de um espaço virtual dentro do portal na internet da Secretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. O Observatório reúne informações sobre questões que afetam as mulheres. Assim, a iniciativa possibilita o acesso à pesquisas sobre gênero e divulga dados estatísticos, relatórios, publicações e documentos sobre a temática da desigualdade sexista, visando contribuir com o fim da violência contra as mulheres e acelerar a tomada de decisões estratégicas quanto a este problema (2018h).

De acordo com dados já demonstrados, a violência de gênero no Distrito Federal apresenta índices alarmantes. Para combatê-la, em março de 2018 a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres promoveu, em parceria com outras organizações, o I Seminário da Rede de Enfrentamento à Violências contra as Mulheres. Com a participação de seus integrantes,

lideranças femininas, sociedade civil, instituições e serviços governamentais e não-governamentais, o evento serviu como palco para debater o enfrentamento às violências contra as mulheres.

Nessa perspectiva de inclusão de políticas de gênero, Mazzotti (2003, p. 112) enfatiza que os governos “colocam-se diante do desafio de contribuir para a mudança das relações sociais, familiares e institucionais, superando mitos e crenças, e transformando papéis e funções sociais inerentes à própria instituição”.

No caso distrital, há uma rede de apoio, como já apresentada, e demais órgãos de Segurança Pública, Saúde e Educação que se impõem coletivamente em busca de efetivar políticas sociais de conscientização da sociedade, vislumbrando a mudança dessa grave realidade que é a violência de gênero. Concomitantemente a essas ações, em termos orçamentários, o GDF noticia que investiu, em 2018, R\$ 1,5 milhão em pesquisa na área do enfrentamento da violência contra as mulheres, visando apoiar projetos. O investimento aconteceu via a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF) (DISTRITO FEDERAL, 2018a).

Neste contexto de fortalecimento, a cidade de Taguatinga inaugurou em 30 de abril de 2018 mais um local dedicado às mulheres vítimas de violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial no DF: o Espaço da Mulher (DISTRITO FEDERAL, 2018a).

Outra ação que merece registro é o aplicativo Viva Flor, lançado pelo GDF em 20 de novembro de 2017. O dispositivo foi criado para mulheres sob medida protetiva de urgência. Ele é instalado no celular da vítima e pode ser acionado quando ela se sentir ameaçada (DISTRITO FEDERAL, 2018a).

Verificou-se neste capítulo que existem iniciativas que buscam responder institucionalmente às demandas das mulheres do DF, suscetíveis a uma realidade violenta, conforme demonstrado. A estrutura machista deste território, que se expressa nos índices de agressões, determina o espaço social ocupado pela sua população feminina e a põe em risco por conta da sua condição de gênero. Tais respostas procuram atender às necessidades dessas mulheres e transformar esta cultura desigual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população feminina é uma parcela heterogênea da sociedade, composta por diferentes realidades econômicas e sociais. Dessa forma, as demandas desse grupo são diversas e refletem particularidades dos segmentos que o compõem. Todavia, existem opressões que perpassam a vida de todas as mulheres, mesmo em diferentes níveis, frutos de uma sociedade estruturalmente machista. Diante desse cenário geral alarmante, buscou-se compreender a situação de violência vivida pelas mulheres no Distrito Federal.

Com esse intuito, esta pesquisa se propôs a registrar os mecanismos institucionais de apoio às mulheres no âmbito do DF. Nessa perspectiva, buscou-se conhecer e descrever o locus institucional dedicado a implementar políticas sociais em defesa dos direitos das mulheres e de enfrentamento à violência de gênero neste território. Atualmente, essa atribuição é de competência da Subsecretaria de Políticas para Mulheres.

O presente trabalho identificou o caminho percorrido pelo Governo do Distrito Federal para a criação da referida subsecretaria. Inicialmente, constatou-se que no organograma governamental havia um órgão específico para tratar dos direitos das mulheres: a Subsecretaria de Assuntos da Mulher, integrante da estrutura da SEJUS. Em 2011, o GDF assume a necessidade de priorizar o combate a essa opressão sofrida pelas mulheres, instituindo em sua gestão a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SEM/DF). Ou seja, o espaço institucional dedicado às políticas de gênero foi elevado à categoria de secretaria de Estado.

Contudo, em 2015, um novo governo assume e promove mudanças estruturais, integrando várias secretarias responsáveis pela execução de políticas sociais. Com isso, foi criada a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH), na qual está incluída a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. Assim, verificou-se um enxugamento da máquina administrativa e uma perda para as políticas destinadas às mulheres.

Em seguida, este estudo evidenciou o aumento da violência contra a mulher ocorrido no período da mesma gestão do GDF (2015 – 2018). De janeiro a setembro de 2017, por exemplo, a Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social registrou 10,8 mil casos de violência doméstica, 14 de feminicídio e 646 de estupros no Distrito Federal (CORREIO BRAZILIENSE, 2018).

Na sequência, a pesquisa trouxe as iniciativas institucionais da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres que visam responder às demandas desse segmento. São programas, projetos e ações que objetivam combater a violência de gênero, promover a autonomia financeira das mulheres, garantir os direitos dessa população e estimular mudanças culturais na sociedade, no sentido de torná-la mais justa e igualitária.

O trabalho realizado chama atenção para a trajetória descontínua desse lugar institucional, que muda de acordo com o projeto de governo em vigor. Tendo em vista o contexto de aumento da violência contra as mulheres, reforça-se a necessidade de uma maior valorização desse importante instrumento de atuação, que representa resistência feminina e transformação social.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. **Nota Técnica**: perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas. Brasília: IPEA, nov., 2004. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_25e.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_25e.pdf)> Acesso em: 10 maio 2018.
- ÁVILA, Maria Betânia. Reflexões sobre divisão sexual do trabalho. In: TEIXEIRA, Marlene; ALVES, Maria Elaene R. (Orgs). **Feminismo, gênero e sexualidade**. Brasília: Editorial Abaré, 2015. p. 19-46.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, maio/ago., 2014.
- BENTO, Berenice. **Brasil: país do transfeminicídio**. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. (CLAM). 2018. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio\\_Berenice\\_Bento.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf)>. Acesso em: 06 mar. 2018.
- BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009, v. 2.
- BERTOLIN, Patrícia T. M; SÁLVIA, Stéphanie G. de C. A Violência em face da Mulher no Estado Democrático de Direito Brasileiro e a Efetivação do Programa “Mulher, Viver Sem Violência”. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto - SP, v. 24, n. 1, p. 1-24, jan./jun., 2016. Disponível em: <http://www9.unaerp.br/revistas/index.php/paradigma/article/view/572>>. Acesso em: 03 fev. 2018.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto, 1994.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Santa Catarina, v. 2, n. 1 (3), jan./jul., 2005.
- BRASIL. **Casa da Mulher Brasileira**: Espaço integrado e humanizado de atendimento às mulheres em situação de violência. 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia>>. Acesso em: 05 mar. 2017.
- BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco 1º Semestre 2015**. 2015b. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco1sem2015-versao-final.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Casa da Mulher Brasileira é inaugurada em Brasília**. Junho de 2015. 2015c. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/noticias/casa-da-mulher-brasileira-e-inaugurada-em-brasilia>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Livreto Casa da Mulher**. 2015a. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/cmb/livreto-casa-da-mulher-brasilia.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2018.

BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>>. Acesso em 10 nov. 2017.

BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Programa Mulher, Viver sem Violência**. 2013. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia>>. Acesso em: 02 maio 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Políticas Públicas para Mulheres**. 2012. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/politicas\\_publicas\\_mulheres](http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/politicas_publicas_mulheres)>. Acesso em: 12 maio 2018.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Estudos Feministas**. v. 8, n. 2. 2000. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/43596552?newaccount=true&read-now=1&seq=12#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/43596552?newaccount=true&read-now=1&seq=12#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica, de 8 de junho de 1993**. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/pesquisa-de-leis-e-proposicoes>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

COLLADO, Carlos Fernández; SAMPIERI; Roberto Hernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

CORTIZO, María Del Carmen e GOYENECHE, Priscila Larratea. Judicialização do privado e violência contra a mulher. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 13 n. 1 p. 102-109 jan./jun., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/12>>. Acesso em: 24 ago 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. **Perspectivas**. São Paulo, v. 22, p. 41-59, 1999. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/2087/1709>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

DAYRELL, Vívian Rocha. **Violência de gênero: uma etnografia no Centro de Referência de Atendimento as Mulheres no DF**. Brasília, 2014. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia).

Centro Universitário de Brasília – UniCeub, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/9671/1/61200849.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto n.º 32.716**, de 1º de janeiro de 2011. 2011. Disponível em: <[http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66871/Decreto\\_32716\\_01\\_01\\_2011.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66871/Decreto_32716_01_01_2011.html)>. Acesso em: 13 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto n.º 36.236**, de 1º de janeiro de 2015. 2015. Disponível em: <<http://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/09/DECRETO-%C3%93rg%C3%A3os-do-GDF-2015-2.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto n.º 36.832**, de 23 de outubro de 2015. 2015a. Disponível em: <<http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/32ade544-6b96-3b64-a5c0-b7cea895733b/SUPLEMENTO-B%20-%20DODF%20N%C2%BA%20206%20%20.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria da Mulher (SEM). **I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres em 2014-2015**. Março de 2014. 2014. Disponível em: <<https://secretariadamulherdf.files.wordpress.com/2014/07/i-pdpm.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH). **A SEDESTMIDH**. 2018a. Disponível em: <<http://www.sedest.df.gov.br/a-sedestmidh/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH). **Casa Abrigo**. 2018d. Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/casa-abrigo-2/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH). **Centro Especializado de Atendimento à Mulher**. 2018e. Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/centro-especializado-de-atendimento-a-mulher-ceam/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH). **Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal** (CDM-DF). 2018b. Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/conselho-dos-direitos-da-mulher-do-distrito-federal-cdm-df/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH). **NOTA – Casa da Mulher Brasileira**. 2018i. Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/nota-casa-da-mulher-brasileira>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH). **Núcleos de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica**. 2018f. Disponível em:

<<http://www.mulher.df.gov.br/nucleos-de-atendimento-as-familias-e-aos-autores-de-violencia-domestica-nafavd/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH). **Pacto pelo enfrentamento da violência contra as Mulheres**: Câmara Técnica. 2018c. Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-da-violencia-contra-as-mulheres-camara-tecnica/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres. **Planejamento Integral Básico**. 2018. Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/aqui.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres. **Pronatec Mulheres Mil**. 2018l. Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/pronatec-mulheres-mil-2/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres. **Secretarias Adjuntas**. 2018g. Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/secretarias-adjuntas/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres. **Sobre o observatório**. 2018h. Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/sobre-o-observatorio/>>. Acesso em: 10 maio 2018.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero. In: GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. Prefeitura Municipal de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, São Paulo, p. 127-142, 2004.

FERNANDES, Marcella. Ligue 180 e as campanhas para denunciar o assédio no Carnaval. Mulheres, **Huffpost Brasil**, 10 fev. 2018. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2018/02/10/ligue-180-e-as-campanhas-para-denunciar-o-assedio-no-carnaval\\_a\\_23358339/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/02/10/ligue-180-e-as-campanhas-para-denunciar-o-assedio-no-carnaval_a_23358339/)>. Acesso em 14 maio 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO (online). **SobreElas: promessa de Rollemberg não freia violência contra mulher no DF**. 08/03/2018. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/03/08/sobreelas-df/>> Acesso em: 03 jun. 2018.

GLOBO (online). Lei Maria da Penha: 84 agressões foram registradas no DF em 2018. 20/03/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/lei-maria-da-penha-84-agressoes-foram-registradas-no-df-em-2018.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

GLOBO (online). Número de denúncias de violência contra a mulher cresce 12% no DF. 15/01/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/01/numero-de-denuncias-de-violencia-contra-mulher-cresce-12-no-df.html>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

GODINHO, Tatau. Política feminista como ação de governo. In: ALVES, Maria Elaene Rodrigues; VIANA, Raquel (Orgs.). **Políticas para as mulheres em Fortaleza: Desafios para a igualdade**. Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres. Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS, Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05932.pdf>>. Acesso em: 20 ago 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências sociais hoje**, Anpocs, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HÖFLING, ELOISA DE et al. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

MACHADO, Ednéia Maria; KYOSEN, Renato Obikawa. Política e Política Social. **Serviço Social em Revista**. v. 3, n. 1, jul./dez., 2000. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n1\\_politica.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n1_politica.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2018.

MACIEL, Débora Alves. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da lei Maria da Penha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 26, n.77, out., 2011.

MARQUES, Marília. DF registra, em média, 13 mil casos de violência doméstica por ano. G1, Globo, Brasília, 07 ago. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/df-registra-em-media-13-mil-casos-de-violencia-domestica-por-ano.ghtml>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

MARTINS, Ana Paula A.; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana. V. M. **A Institucionalização das Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Brasil**. Nota técnica, n. 13. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/a-institucionalizacao-das-politicas-publicas-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil>>. Acesso em: 23 set. 2017.

MAZZOTTI, Mariella. O município como articulador de interesses e oportunidades para as mulheres. Reflexões sobre divisão sexual do trabalho. In: TEIXEIRA, Marlene; EMÍLIO, Marly; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau. (Orgs). **Trabalho e cidadania ativa para mulheres**. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 109-116.

MOURA, Maria de Jesus. **Introduzindo o componente gênero à questão racial**. 2018. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/12/Questxo\\_racial.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/12/Questxo_racial.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PEREIRA, Potyara AP. **Política social: temas & questões**. São Paulo, Ed. Cortez, 2008.

PINHEIRO, Mirelle. Mulheres representam 72% das vítimas de violência no DF. **Metrópoles**, Brasília, 15 maio 2016. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/seguranca-df/mulheres-representam-72-das-vitimas-de-violencia-no-df>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

PIOVESAN, Flávia e PIMENTEL, Sílvia. **A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional do Brasil**. Disponível em: <[http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/1\\_6\\_responsabilidade-internacional.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/1_6_responsabilidade-internacional.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

PITANGUY, Jacqueline. Advocacy e direitos humanos. In. CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, e ONU MULHERES (Orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro, outubro de 2011, p. 20-56. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1393\\_393\\_OProgressodasMulheresnoBrasil20032010.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1393_393_OProgressodasMulheresnoBrasil20032010.pdf)>. Acesso em: 25 jun 2018.

PROGRAMA DE GOVERNO. **Coligação “Somos todos Brasília”**. Cidade, Cidadão, cidadania. 2014. Disponível em: <[http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/DF/3/70000000434/proposta\\_governo1404576051462.pdfAnexos](http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/DF/3/70000000434/proposta_governo1404576051462.pdfAnexos)>. Acesso em: 30 jun.2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de: Carlos Guilherme do Valle. In: **Bagoas - estudos gays: gênero e sexualidades**. 2010. p 21-28. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742> >. Acesso em: 30 jun. 2018.

ROCHA, Jéssica Giuliana Guedes. **Casa da Mulher Brasileira em Brasília: um mecanismo de enfrentamento à violência doméstica no Distrito Federal**. Brasília, 2017. Relatório de Análise de Políticas Públicas (Departamento de Gestão de Políticas Públicas). Universidade de Brasília – UnB, 2017. Disponível em: <[http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/19273/1/2017\\_JessicaGiulianaGuedesRocha\\_tcc.pdf](http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/19273/1/2017_JessicaGiulianaGuedesRocha_tcc.pdf)>. Acesso em 05 abr. 2018.

RODRIGUES, Bruna Ângela. **Perfil das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica Residentes em Sobradinho que foram encaminhadas à Casa Abrigo do Distrito Federal devido à situação de risco**. Brasília, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Instituto de Ciências Humanas). Universidade de Brasília – UnB, 2014. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8340/1/2014\\_BrunaAngelaRodrigues.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8340/1/2014_BrunaAngelaRodrigues.pdf)>. Acesso em 31 mar. 2018.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. v 16, 2001, p 115-136. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em: 25 ago 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTINI, Rose Marie. Feminismo 2.0: a mobilização das mulheres no brasil contra o assédio sexual através das mídias sociais (#primeiroassedio). **P2P e inovação**. Rio de Janeiro, RJ, v. 3 n. 1, set./mar., 2017.



SANTOS, Michelle de Oliveira. **A intervenção junto aos autores de violência contra mulheres**: uma contribuição às Políticas Públicas de enfrentamento à violência contra mulheres. Brasília, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Instituto de Ciências Humanas). Universidade de Brasília – UnB, 2013. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6166/1/2013\\_MichelleDeOliveiraSantos.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6166/1/2013_MichelleDeOliveiraSantos.pdf)>. Acesso em 12 abr. 2018.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995. Disponível em: <[https://archive.org/details/scott\\_gender](https://archive.org/details/scott_gender)>. Acesso em: 20 fev. 2018.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. Prefeitura Municipal de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, São Paulo, p. 113-188, 2004.

STACCIARINI, Isa. Distrito Federal registra 1,2 mil mulheres que sofrem violência a cada mês. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 jan. 2018. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/01/11/interna\\_cidadesdf,652659/distrito-federal-registra-1-2-mil-mulheres-que-sofrem-violencia-a-cada.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/01/11/interna_cidadesdf,652659/distrito-federal-registra-1-2-mil-mulheres-que-sofrem-violencia-a-cada.shtml)>. Acesso em: 12 abr. 2018.

WAZELFISZ J.J. **Mapa da Violência 2015**: Mortes Matadas por Armas de Fogo. Brasília, UNESCO, 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2018.